

## **A AUTOCONSTRUÇÃO COLETIVA: POSSIBILIDADES CONTRA-HEGEMÔNICAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

### **THE COLLECTIVE AUTOCONSTRUCTION: POSSIBILITIES COUNTER-HEGEMONIC IN THE PRODUCTION OF URBAN SPACE**

Cecília Reis Alves dos Santos. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG, pesquisadora do grupo de pesquisa Praxis (Práticas Sociais no Espaço Urbano) e do programa Cidade e Alteridade. [ceciliaarquitetura@gmail.com](mailto:ceciliaarquitetura@gmail.com)

Denise Morado Nascimento. Mestre em Arquitetura pela University of York, UK, doutora em Ciência da Informação pela UFMG, professora do Departamento de Projetos e da Pós-Graduação NPGAU da EA/UFMG, coordenadora do grupo de pesquisa PRAXIS. [dmorado@gmail.com](mailto:dmorado@gmail.com)

#### **RESUMO**

A urbanização segregadora das cidades brasileiras, o acesso restrito ao mercado imobiliário privado, as políticas sociais ineficazes e os baixos salários tornam a autoconstrução a única opção para grande parte da população pobre ter acesso à moradia e à infraestrutura urbana. O presente trabalho tem como foco a autoconstrução dos espaços comuns nos assentamentos informais. Para conduzir o estudo, será analisada a produção de rede de esgoto e os aspectos que a tornam viável. Quando a autoconstrução é incentivada pelo Estado, as contradições se intensificam frente à superexploração do trabalho. Quando realizada autonomamente pelos moradores, a construção acontece de maneira autogestionada, sendo uma forma potente e alternativa à produção hegemônica do espaço urbano. Entende-se que a autoconstrução dos espaços comuns contribui para um exercício mais direto da cidadania, que escapa aos processos de mercantilização do espaço urbano e de participação institucionalizada. A viabilização da rede de esgoto em assentamentos informais sem a ação do Estado revela a potência criativa da autoconstrução como brechas ou fissuras na disputa pelos bens e serviços urbanos.

Palavras-chave: Autoconstrução, favela, rede social, esgoto, espaço comum.

#### **ABSTRACT**

The segregated urbanization of Brazilian cities, the restricted access to the private housing market, the ineffective social policies and the low wages make the auto-construction the only option for most poor people in order to have access to housing and urban infrastructure. This paper focuses on the auto-construction of common spaces in the informal settlements. To conduct the study, we will analyze the production of sewage and the aspects that make it feasible. When the auto-construction is encouraged by the State, the contradictions are intensifying across the overexploitation of labor. When performed autonomously by the residents, there is a self-management experience, with a powerful alternative to the hegemonic order and production of urban space. It is understood that the auto-construction of common spaces contributes to a

more direct exercise of citizenship, escaping the processes of commodification of urban space and institutionalized participation. The feasibility of the sewage network in informal settlements without State action reveals the creative power of the auto-construction as fissures in the dispute for urban goods and services.

Keywords: Auto-construction, slum, social network, sewage, common space.

## 1- Introdução

O processo histórico de urbanização no Brasil revela a autoconstrução como uma prática necessária e amplamente presente na produção e consolidação das cidades. Ela é adotada pelos pobres urbanos em vilas, favelas, loteamentos periféricos e ocupações urbanas, mas também pela classe média e alta em terrenos formalizados para suprir tanto demandas individuais quanto coletivas. Morado Nascimento (2011a) explica que, sem a participação ou a contratação de profissionais especializados e sem a aprovação de projeto pelos órgãos responsáveis, os próprios moradores decidem como e quando será a obra; eles arcam com os custos e mão de obra, podendo esta ser contratada. Sendo assim, a autoconstrução não está ligada a um território específico, mais sim a uma prática.

Feita à margem das leis do Estado ou ditames do mercado imobiliário, essa prática se dá segundo a lógica da necessidade. De acordo com Kowarick (2009), a autoconstrução é aceita implicitamente pelo poder público, pois já se tornou regra dominante no processo de ocupação do solo. Além disso, o Estado captura essa modalidade construtiva em suas políticas habitacionais, quando institucionaliza mutirões para atender demandas individuais e coletivas. Oliveira (2006) reforça que a autoconstrução se configura como uma exploração dos trabalhadores em seu horário de folga.

Ainda que existam contradições nos processos de autoconstrução, há também procedimentos associativos de negociação e de compartilhamento de mão de obra e de conhecimento entre os atores, revelando potencialidades da autoconstrução: não há um projeto de cidade uníssono e homogêneo, as pessoas passam a decidir ao invés de apenas consumir o que a cidade oferece, passam a autogerir o espaço, confrontando o real e o possível. Nesse sentido, as pessoas exercem de fato seu direito à cidade que, segundo David Harvey (2009),:

significa o direito de todos nós a criarmos cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter [...] as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente.

O presente trabalho tem como foco a autoconstrução do espaço comum, o qual escapa da dicotomia espaço público (propriedade estatal) x espaço privado (propriedade capitalista). Segundo Negri e Hardt (2009), é onde as pessoas vivem juntas, dividem

recursos, trocam bens e ideias. Nesse sentido, é o espaço da comunicação e cooperação. A autoconstrução desse espaço será analisada a partir da execução da rede de esgoto em assentamentos informais, entendida aqui como uma micro experiência de autogestão do espaço, com seus impactos sociais, econômicos e políticos. O foco da discussão são as relações, os arranjos, as negociações realizados pela população pobre para viabilizar o acesso à moradia e à infraestrutura urbana. Esse recorte pretende evidenciar práticas coletivas em rede, nas quais familiares, amigos e vizinhos se associam em torno de objetivos comuns, na luta para permanecer no espaço urbano ocupado. Ademais, pretende-se compreender até que ponto a autoconstrução pode ser considerada uma alternativa à produção capitalista da cidade.

## **2- Luta para permanecer no espaço urbano**

O jogo de forças sociais e políticas presentes no processo de urbanização brasileiro torna a cidade dinâmica e desigual. As transformações acontecem conforme os interesses dos atores frente aos objetos de disputas, a saber, transporte, espaço público, moradia, infraestrutura urbana, etc. Esses objetos não são acessíveis a todos na medida em que se tornaram mercadorias, controladas pelos donos dos recursos (MORADO NASCIMENTO, 2011b). O acesso desigual aos bens comuns produz a vulnerabilidade social necessária para alimentar o fluxo de investimento e o dinamismo econômico do capitalismo contemporâneo, pois não há riqueza que se sustente por si só. É fundamental que exista pobreza. Assim, os desejos coletivos e as necessidades daqueles que vivem a cidade se tornam secundários frente aos interesses dos grandes capitais, os quais recebem legitimidade, garantias e financiamento do próprio Estado.

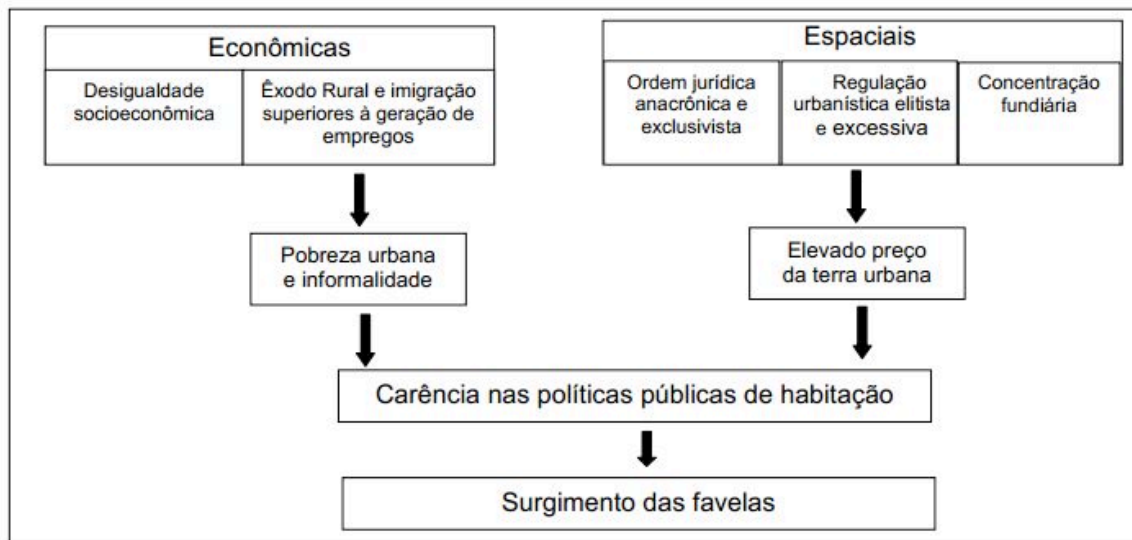
O provimento habitacional e de infraestrutura urbana se insere nessa lógica desigual. Historicamente a população de baixa renda foi obrigada a buscar alternativas de produção e apropriação do espaço para garantir o direito à cidade. A formação dos assentamentos informais acontece a partir de ações individuais ou coletivas de ocupação de áreas ou edificações abandonadas. São lugares, inicialmente, desprezados pelo mercado imobiliário formal e negligenciados pelo Poder Público. É recorrente a ausência de infraestrutura como rede de esgotamento sanitário e sistema viário; de equipamentos e serviços urbanos como transporte coletivo, escolas e postos de saúde. Em certos casos, são lugares de preservação ambiental ou expostos a riscos geológicos.

Muitas cidades brasileiras sofreram um inchaço a partir dos anos 1930 e não foram capazes de absorver essa migração de forma adequada. O processo de industrialização já existente se intensificou nessa época e houve uma diminuição da oferta de trabalho no campo. O conseqüente e intenso êxodo rural acelerou o crescimento e o adensamento dos centros urbanos. Segundo Santos (1995, p. 26), “entre 1960 e 1980 mais de 20 milhões de camponeses foram engrossar as periferias das cidades”, o que correspondia à população da Argentina à época. Os migrantes não conseguiram melhores condições de vida, moradia e trabalho como desejavam. Assim, restou a eles somente a informalidade como possibilidade para habitar a cidade.

O mercado residencial restrito, políticas sociais irrelevantes e os salários baixos, insuficientes para o custeio da moradia, obrigaram os cidadãos a recorrerem à informalidade (MARICATO, 2001) por meio da autoconstrução nas favelas ou em

loteamentos irregulares na periferia. Nesse sentido, o processo de "urbanização" tem se tornado o mesmo que "favelização" por razões socioeconômicas, espaciais e políticas. (DIAG. 1)

**Diagrama 1 – Razões para o surgimento das favelas**



**Fonte: CYRILLO, 2011, pg.18**

Contrapondo à lógica do lucro, própria do mercado, os assentamentos informais surgem segundo a lógica da sobrevivência. Além dos aspectos socioeconômicos, a própria lógica espacial da cidade “autoconstruída” se difere da existente na cidade dita formal. Segundo Jacques (2001), finitude, repetição, linearidade e forte ligação com o planejamento prévio são aspectos típicos da produção formal do espaço urbano. Nas favelas, assim como nas áreas periféricas, a construção é quase cotidiana, fragmentada, sem projeto ou planejamento e sem forma final preestabelecida e, por isso, sem fim. Frequentemente são feitas melhorias nas casas, nos acessos e nas redes de infraestrutura, de acordo com o dinheiro, o tempo e as necessidades dos moradores. O processo é mais relevante do que a forma. Essas diferenças ficam evidentes nos programas de urbanização de favelas, nos quais o poder público transfere e emprega a lógica da produção espacial da cidade formal em lugares autoconstruídos. Os métodos construtivos e de gestão empregados pelo Estado e construtoras na urbanização de favelas não se adéquam nem respeitam a lógica espaçotemporal existente. Segundo Kleiman e Laurindo (2012), o desenho adotado segue um padrão comum, com porte hiperdimensionado e sofisticação técnica. Adota-se o modelo convencional da cidade formal, mesmo ele sendo inadequado e muitas vezes oneroso, ao invés de se acolher soluções de desenho e de execução dadas pelos próprios moradores.

### **3- Forma alternativa ou consolidação do capitalismo?**

A autoconstrução responde a demandas da população pobre, independentemente de programas políticos e incentivos estatais, através da auto-organização, guiados pela necessidade. Não se pode romantizar essa situação de precarização gerada pela economia política vigente. As razões que levam as pessoas a construírem, além da sua própria moradia, os equipamentos e espaços coletivos devem ser analisadas considerando a recorrência dessa prática e a relação com o trabalho:

não são contingenciais as circunstâncias que os compelem [os indivíduos] a autoproduzirem, além da sua própria moradia, os sistemas de conexão das edificações com o meio ambiente para o provimento de água e energia ou disposição de efluentes e resíduos. São também promovidas sem a intervenção do Estado as conexões internas ao assentamento e desse à cidade, dotando-os de condições mínimas de conforto e segurança, pela abertura de ruas, becos e escadarias e a instalação de postes e redes precárias para iluminação pública, bem como as contenções ou pavimentações pontuais e os sistemas de disciplinamento de águas pluviais. Tem-se assim, além do trabalho incorporado à moradia, o trabalho coletivo incorporado aos espaços de uso comum. (SILVA, 2013, p. 118)

Essa prática acontece em horários de folga, configurando um trabalho adicional e gratuito, ou seja, um sobretrabalho. Para Kowarick (1993), isso representa um aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que é uma das bases do capitalismo. Como os gastos com moradia passam a ser desconsiderados no valor da remuneração dos trabalhadores, há uma diminuição dos salários e, conseqüentemente, um aumento da taxa de acumulação. Assim, uma prática alternativa ao capitalismo se torna, na verdade, motivo para sua expansão. Nesse caso, a exploração da força de trabalho se configura como causa e conseqüência da autoconstrução: baixos salários levam à autoconstrução que, por sua vez, gera sobretrabalho e reforça os baixos salários, tornando-se um ciclo.

Além disso, o poder público, principalmente a partir da década de 1970, e muitas vezes com o apoio de órgãos financiadores internacionais, passou a estimular e a incorporar essas experiências cotidianas em políticas públicas, reforçando suas contradições. Quando capturada pelo Estado, a autoconstrução é usada em programas e políticas públicas com o discurso de baratear o valor da unidade habitacional para os futuros moradores. A autoconstrução feita a partir de uma iniciativa do Estado se difere da autoconstrução fruto da omissão do Estado. Mas, em ambos os casos, há um supertrabalho para a população pobre. E, quando não há autogestão ou uma forma de organização social maior, a autoconstrução feita pelo Estado se torna apenas mais uma modalidade de execução de moradia (OLIVEIRA, 2006).

De toda forma, autoconstrução não é solução para os problemas econômicos oriundos dos baixos salários e desemprego. Mas ela é, para muitas pessoas, a única possibilidade para ter acesso à moradia e infraestrutura urbana. Não há opções. Grande parte da população torna-se autoconstrutora para escapar do aluguel, vendo nessa prática a única saída para melhores condições de vida. A casa torna-se uma proteção contra a vulnerabilidade social e econômica, ampliando a possibilidade da segurança da posse.

Assim, o dinheiro que antes era gasto com aluguel pode ser investido na construção da casa ou em outros itens como alimentação, transporte, educação e bens de consumo. Apesar do supertrabalho e da captura dessa prática por instâncias políticas, a luta e as estratégias usadas para permanecer no solo urbano tornam a autoconstrução uma importante alternativa à produção hegemônica do espaço urbano e à mercantilização das necessidades urbanas essenciais.

#### **4- Esgoto em rede**

Nas favelas, não somente as moradias são autoconstruídas, mas também os espaços coletivos, a infraestrutura urbana e vários outros elementos que extrapolam a unidade residencial. O presente trabalho aborda a autoconstrução da rede de esgoto como um exemplo de prática autogestionária que torna esse elemento um equipamento de solidarização urbana (KLEIMAN; LAURINDO, 2012), conformando novos modos de viver. Partimos do pressuposto de que o processo coletivo de cooperação entre moradores é indispensável para que a autoconstrução de redes de esgoto aconteça nos assentamentos informais. Assim, as redes de esgoto deixam de ser apenas um objeto técnico e se tornam um ativador de práticas coletivas. O mesmo não ocorre com outros serviços urbanos, como água e energia elétrica, que são obtidos de forma clandestina sem exigir, necessariamente, a articulação com os vizinhos. As negociações, conflitos e acordos em prol do interesse comum de ter uma rede de esgoto permitem a consolidação dos assentamentos e dizem muito sobre a produção social do espaço urbano informal. Dizemos rede para diferenciar essa solução coletiva de soluções individuais de esgoto como a fossa séptica, as quais não exigem uma cooperação para serem produzidas.

A rede social que se forma nesse processo proporciona os meios de convergência para um trabalho e uma vida em comum: o espaço por onde a rede de esgoto passa é comum, nem público, nem privado; a produção é comum; o uso é comum e a necessidade é comum. Ainda que divergências e conflitos de toda ordem aconteçam, há pontos compartilhados que permitem a comunicação e a prática cooperativa em torno da produção do espaço. Ou seja, o comum na heterogeneidade possui força para ação. Há uma dinamicidade e mutabilidade dos vínculos sociais. Assim que as metas coincidentes são alcançadas, os vínculos se reconfiguram a partir de outros pontos comuns.

A autoconstrução das redes de esgoto, sem qualquer participação do Estado, pode ser considerada um exemplo de autogestão urbana em pequena escala e, ao mesmo tempo, uma alternativa à lógica de produção espacial hegemônica. Essa prática une as esferas individual e coletiva, exigindo uma articulação entre os vizinhos na sua execução e na sua manutenção para garantir a viabilidade tanto econômica (custos compartilhados entre os usuários) quanto operacional (aspectos técnico-construtivos e de gestão). A rede de esgoto, invisível por ser subterrânea, ganha visibilidade através da ação de moradores em rede estabelecida em torno dela, seja durante a construção, seja por conta dos problemas decorrentes do uso. Essa prática cooperativa é capaz de se infiltrar nos sistemas de subjetividade dominante e provocar novos modos de viver e de produzir. Mas, para que essas diferentes maneiras de viver se efetivem, elas precisam fortalecer o processo de subjetivação descrito por Guattari e Rolnik (2005, p.55):

que ele capte os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, em nível econômico, em nível do saber, em nível técnico, em nível de segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante.

Apesar de ser um direito, o esgotamento sanitário não se universalizou, apresentando índices sempre inferiores a outros serviços de saneamento básico. O jogo de poder no planejamento, produção e gestão dos sistemas bem como sua mercantilização elucidam um pouco as razões para a deficiência desse serviço, que se intensifica nas áreas habitadas pela população pobre. A produção formal de redes de esgoto em favelas conduzida pelo Poder Público, antes inexistente, hoje faz parte de um projeto desenvolvimentista para as cidades. As obras de urbanização das quais a construção de rede de esgoto faz parte são criticadas pelo seu descompasso em relação às estruturas sociais e espaciais existentes na favela, que são desvalorizadas e violentamente sobrepostas pelo “mundo administrado”. O discurso oficial justifica o déficit ainda existente com argumentos técnicos e econômicos, obscurecendo as razões políticas, ambientais e sociais.

## **5- Domesticidade na produção do espaço**

O sistema econômico presente no processo de autoconstrução independente do Estado não se submete à lógica da economia formal por estar submerso na organização e relações sociais, sendo o foco o valor de uso e não o valor de troca. Polanyi (2000 [1944]), baseado em pesquisas históricas e antropológicas, apresenta sistemas econômicos que também não são dirigidos pelo lucro. Nessas outras economias, o homem é motivado pelas relações sociais e age não para defender seu interesse individual na posse de bens materiais, mas sim para:

salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. (POLANYI, 2000 [1944], p. 61)

Ainda de acordo com Polanyi (2000 [1944]), a produção e a distribuição nesses casos são garantidas por princípios de comportamento não econômicos: reciprocidade, redistribuição e domesticidade. Na primeira situação, o objetivo é garantir a subsistência

da família. É um princípio baseado em uma organização sexual da sociedade. A redistribuição, por sua vez, se refere a uma organização em que parte da produção é entregue a um chefe geral, que a armazena e depois a distribui. A centralidade é o padrão institucional que leva à sua aplicação. Já a domesticidade é o princípio que nos auxiliará no estudo da produção informal de saneamento, pois ela consiste:

na produção para uso próprio. [...] O seu padrão é o grupo fechado. Tanto no caso de entidades de família muito diferentes, como no povoamento, ou na casa senhorial, que constituíam unidades auto-suficientes, o princípio era invariavelmente o mesmo, a saber, o de produzir e armazenar para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. [...] A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser sexo, como na família patriarcal; localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial. (POLANYI, 2000 [1944], p. 67)

As infraestruturas informais de saneamento autoconstruídas em assentamentos informais não são feitas tendo o lucro como motivação. Há uma busca de melhores condições de vida diante da inércia do Poder Público. Além disso, elas não têm um valor em si, mas somente quando se tornam úteis, quando desempenham seus papéis. Assim como na domesticidade, a produção da infraestrutura atende a um grupo fechado, que pode ser formado por todas as famílias do assentamento informal ou, como acontece geralmente, por um grupo delas. A relação de compra e venda da força de trabalho acontece de distintas maneiras, sendo recorrentes nesses contextos a troca de serviços e a cooperação.

Existe uma potência na autoconstrução que se materializa na cooperação social, autoajuda, formas autônomas de trabalho, relações de troca não mercantis. Essa é uma grande diferença em relação a formas capitalistas de produção do espaço, onde a força de trabalho é comprada e vendida (LIMA, 2005). Em um contexto de fraca presença do Estado, a sociabilidade é fundamental para enfrentar os desafios provenientes da fragilidade dos direitos sociais. Segundo Morado Nascimento (2011a, p.7), “a autoconstrução vincula-se à maneira em que as práticas sociais próprias do cotidiano e da realidade sociofinanceira se estabelecem”. Além de impulsionar procedimentos organizativos e a autonomia das populações pobres, essa prática ainda possibilita a redução dos custos mensais com aluguel e serviços urbanos.

A troca de serviços e de cooperação nas redes acontece entre os moradores, familiares e amigos, incluindo crianças, idosos, homens e mulheres. Geralmente a ajuda é gratuita, mas fica implícita a espera pela reciprocidade. Segundo Kowarick (2009, p.220), “os laços de sociabilidade primária continuam importantes na confecção da moradia mesmo se, segundo tudo indica, há maior proporção de contratação de mão de obra em relação a décadas anteriores”. Além da mão de obra, são também trocados entre os autoconstrutores conhecimento e experiências:

ao longo do tempo, as famílias aprendem um corpo de conhecimento substancial sobre como melhor construir e conectar-se à infraestrutura e aos serviços urbanos bem como se



beneficiarem ou se esquivarem das autoridades públicas; é um processo de fazer e aprender através de experiências individuais, repassadas a outros de maneira informal. Assim, o saber-fazer a moradia é transferido pelas práticas sociais (MORADO NASCIMENTO, 2011a, p.8).

A autoconstrução dos espaços e equipamentos comuns ganha visibilidade através da conexão de pessoas seja durante a construção ou por conta dos problemas decorrentes do uso. Nesse sentido, a construção não envolve só a produção de bens materiais, como também afeta e produz relações sociais e formas de vida concretas. Na autoconstrução, as redes não são acionadas por proposições comunitárias, ainda que todos busquem objetivos comuns, mas há interesses individualistas que necessitam de uma ação coletiva para se concretizarem. Apesar das divergências e da heterogeneidade social existente entre os autoconstrutores, as negociações direcionam-se para convergências e, com isso, transformam-se em ações comuns. A alteridade é preservada, ou seja, as pessoas se unem, mas não se confundem.

## **6- A produção informal e o enraizamento na experiência vivida**

Espaço e vida são simultaneamente impactados no processo de autoconstrução do sistema de saneamento. Para além dos limites da moradia e da vida privada, o esforço contínuo e diário de produção da infraestrutura promove o encontro. Essa abordagem abarca o conflito e o dissenso em meio às negociações, acordos e ações cooperativas. Para Amin (2014), as ações coletivas em torno da infraestrutura, auto-organização e improvisação contribuem para tornar a vida suportável e o poder mais descentralizado.

O formal e o informal se combinam no espaço urbano e, apesar daquele receber mais investimento e atenção no planejamento, este é essencial para que as engrenagens do domínio aparentemente formal funcionem (MCFARLANE; VASUDEVAN, 2013). As infraestruturas improvisadas pelos pobres são taxadas de ilegais e dignas de remoção por serem indesejadas pelo Poder Público. Seus usuários são tratados como criminosos. Enquanto isso, outras intervenções que também não seguem as normas são tidas como formais e, por isso, recebem proteção e aprovação do Estado. O critério para diferenciação é eminentemente político. No caso do Brasil, a informalidade não é exceção e sim linguagem central do processo de urbanização.

A construção de infraestrutura informal contrapõe à visão de que o Estado é o único provedor de acesso a direitos. Ela se torna outra fonte de cidadania, também legítima. Segundo McFarlane e Vasudevan (2013), essa prática mostra questões importantes em direção a uma política urbana radical. A informalidade é tratada pelos autores como um modo de constituição urbana que, muito além de um “habitus territorial” dos pobres, se configura como um conjunto de práticas que contribuem para o modo como as cidades são feitas e vividas.

Os recursos sociais, materiais e o conhecimento necessários para a produção informal são acompanhados por diferentes modos de associação e ação. As periferias autoconstruídas são, para Holston (1996, p. 250), espaços de cidadania insurgente ou espaços insurgentes de cidadania “porque introduzem na cidade novas identidades e

práticas que perturbam histórias estabelecidas.” Essas práticas “envolvem a natureza problemática do pertencer à sociedade”. Para o autor, isso mostra o dinamismo da sociedade bem como uma nova maneira de pertencimento e participação nela. Ademais, esse processo “revela um domínio do possível que está enraizado na heterogeneidade da experiência vivida, isto é, no presente etnográfico e não em futuros utópicos” (HOLSTON, 1996, p. 252). Nesse sentido, o estudo sobre os espaços insurgentes é também sobre a experiência vivida, como coisa vivida. O social a ser considerado no “presente etnográfico” reconhece a heterogeneidade dos elementos que o compõe, considerando as relações entre pessoas, objetos, espaços, materiais. Os diferentes contextos e possibilidades que envolvem a produção informal de infraestrutura exigem articulações e gestão de trabalho, recursos e aprendizagens. Há o interesse em descrever como essas articulações entre os elementos acontecem.

## **7- Finalizando...**

O estudo da autoconstrução auxilia na compreensão das estruturas e das dinâmicas políticas, econômicas, ambientais, sociais e espaciais da cidade que escapam ao processo de mercantilização. Apesar da superexploração do trabalho, a autoconstrução se configura como alternativa à lógica hegemônica de produção do espaço urbano. Ela revela a possibilidade de práticas autogestionárias, na qual o exercício político se dá de maneira mais direta. A articulação entre os diversos elementos na autoconstrução interfere no processo de consolidação dos assentamentos e proporciona os meios de convergência para uma vida em comum, conservando a alteridade.

A autoconstrução de rede de esgoto exerce o papel de mostrar que as lutas urbanas não se resumem às reivindicações passivas ao Estado, pois a produção e a valorização do espaço pela ação social tornaram-se partes fundamentais na busca pelo direito à cidade. A prática anterior ou marginal à ação do Estado na produção de rede de esgoto em favelas revela a potência da auto-organização e até da improvisação na autoconstrução dessa infraestrutura. A partir dos problemas emergenciais e da ausência do Estado, práticas sociais são ativadas, sendo capazes de promover de forma legítima o direito à cidade.

Consideramos que, para enfrentar a situação de exclusão socioespacial na cidade, a democratização do processo decisório e da gestão da produção do espaço urbano é questão a ser ampliada no debate. A autogestão da produção do espaço, através de um processo de conquista da autonomia, manifesta em pequenas experiências, revelam a potência criativa da autoconstrução como brechas ou fissuras na disputa pelos bens e serviços urbanos.

## **Agradecimentos**

Agradecemos pelo apoio financeiro do CNPq e da Fapemig.

## **Referências**

AMIN, Ash. **Lively Infrastructure**. 2014

CYRILLO, Gustavo Barreto. **Mercado imobiliário informal e seus mecanismos de operação:** Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GUATTARI, F., ROLNIK, S. **Micropolítica.** Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005

HARVEY, David. **Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade.** 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/327/513>>. Acesso em: 10 fev. 2014

HOLSTON, James. **Espaços de cidadania insurgente.** Revista do Patrimônio, Rio de Janeiro, n. 24, 1996, p. 243-253.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga:** a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2001.

KLEIMAN, Mauro; LAURINDO, Isabel. **Análise da Efetividade Social da Implantação de Redes de Água e Esgoto em Favelas e Seus Impactos na Redefinição das Tipologias Habitacionais e Nos Espaços Públicos e Privados:** O Caso da Favela do Cantagalo no Rio De Janeiro. Revista Chão Urbano (UFRJ), ano XII, n. 6, p. 24, nov./ dez. 2012. Disponível em: <<http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivos/revista82.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lucio; SAGGESE, Antonio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil . São Paulo: Ed. 34, 2009.

LIMA, R. M. C. de . **A cidade autoconstruída.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2005.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MCFARLANE, Colin; VASUDEVAN, Alex. **Informal Infrastructures.** In: ADEY, Pete. Handbook of Mobilities Routledge. 2013 .

MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloísa Soares de Moura (org.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011a. p.217-230.

MORADO NASCIMENTO, Denise. **A Informação na produção do espaço urbano: um breve olhar sobre Belo Horizonte.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anpur, 2011b. p.1-15.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Commonwealth.** Harvard University Press. 2009.

OLIVEIRA, F. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil.** Novos Estudos CEBRAP, n.74, Mar. 2006. p. 67-85.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 7.ed. Rio de Janeiro Campus, 2000 [1944].

SANTOS, Fábio Alves dos. **Direito agrário: política fundiária no Brasil.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SILVA, Margarete Maria de Araújo. **Água em meio urbano. Favelas nas cabeceiras.** 2013. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.